

naíma, à semelhança do que, talvez com pouca Ecdótica, mas com muito bom-senso, fez Moacir Werneck de Castro no seu primoroso volume sobre o “exílio” de Mário de Andrade no Rio, deixaram de ser respeitadas certas preferências do escritor, como as formas “milhor”, “si” (em lugar do pronome e da conjunção “se”), “lião”, “alumeando”, “dezanove, etc. (p.12).

Pondo de lado a questão de que nas formas apontadas como regularizações *ortográficas* nem sempre se trata de ortografia, como o caso de “dezanove”, o critério de uniformização deveria abrir exceção para essas “preferências” de Mário, tendo em vista o empenho com que as defendia contra quem nele as reprovasse, conforme se pode ver em algumas de suas cartas. Com este “critério geral de atualizar a ortografia”, priva-se o leitor de algumas das mais constantes decisões de Mário no que toca à essência e à periferia da sua língua literária.

Resta-nos agradecer a Homero Senna este bom serviço a mais em prol da divulgação da cultura entre nós.

E.B.

*

Antônio Geraldo da Cunha. *Os Verbos Dar, Dizer, Estar e Fazer no Vocabulário do Português Medieval*. Ministério da Cultura. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1995.

Poucos hoje estarão no Brasil tão preparados e com tal volume de material recolhido para fazer obras de lexicografia portuguesa como Antônio Geraldo da Cunha. De há muito o operoso investigador do nosso léxico vem-nos brindando com excelentes instrumentos de trabalho, como o *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas* e, mais recentemente, os três volumes até agora saídos do *Índice do Vocabulário do Português Medieval*, gérmen do futuro *Vocabulário do Português Medieval*, se forem oferecidos ao investigador as ajudas financeiras para o empreendimento de tão útil quanto importante empresa. Está pronto e sairá dentro em breve o *Dicionário Histórico e Etimológico dos Verbos mais Freqüentes do Português Contemporâneo do Brasil*. Para que se possa avaliar a extensão e qualidade desse futuro *Vocabulário*, A. G. Cunha empreende uma amostra que é o opúsculo cujo título vem encimando esta breve e despretensiosa resenha. Para a elaboração dele contou com o concurso das professoras Ayla Pereira de Melo e Dylma Bezerra, que participaram também da elaboração do três volumes já vindos à luz do *Índice do Vocabulário* e do *Vocabulário histórico*.

No meio de uma rica floresta lexical, o A. explica por exemplo por que a escolha recaiu nos quatro aludidos verbos:

Não foi meramente casual a escolha dos verbos *dar, dizer, estar, e fazer* para ilustrar os critérios lexicográficos que, a nosso ver, se impõem para a

elaboração de um vocabulário do português medieval, baseado em princípios históricos. Duas razões justificam esta escolha: 1ª) a riqueza de opções documentadas nos numerosos textos medievais consultados, o que propicia ao lexicógrafo uma classificação semântica bastante rica e, por vezes, até mesmo bem complexa; 2ª) a extraordinária freqüência com que estes verbos se documentam nos textos, não apenas nos medievais, mas também em textos de todos os períodos da história da língua, o que permite ao lexicógrafo abonar, com ampla margem de segurança, os numerosos significados que assumem estes verbos no curso de uma história (p.7).

Uma importante conclusão enfatiza o A. diante da investigação nesse opulento material de que dispõe – cento e setenta mil fichas datilografadas:

Confrontando a redação destes quatro verbos no vocabulário medieval e no vocabulário do português contemporâneo do Brasil, verificamos que, salvo uma ou outra particularidade, eles mantêm as mesmas acepções e as mesmas regências. Com efeito, a distância de tantos séculos não alterou substancialmente o seu emprego. Aliás, estas características de uniformidade também se verificam com outros verbos de elevada freqüência na história do vocabulário português, como *ser*, *haver*, *querer*, etc. (Ibid.).

O que logo impressiona o consulente ao manusear o trabalho é o complexo desdobramento do significado principal do verbo, isto é, do conteúdo a que o filósofo Hillary Putnam chama “significado estereotípico” em significados secundários, quase sempre decorrentes do nosso saber sobre as coisas e dos elementos fornecidos pelo contexto, e não tão somente pelo significado de língua que encerra o lexema.

Como a lexicografia moderna está impregnada de orientação estruturalista, o princípio da funcionalidade tem como corolário, no que respeita ao significado, o significado *unitário*, e por unitário não se há de entender *único*, segundo nos avisa Eugenio Coseriu.

O que o linguista procura separar com cuidado – o conteúdo “de língua” e as variantes contextuais desse conteúdo –, o lexicógrafo às vezes trabalha concomitantemente com essas duas caras da questão e não poucas vezes, como assinala A. G. Cunha na Apresentação desta sua obra, “o que propicia ao lexicógrafo uma classificação semântica bastante rica e, por vezes, até mesmo *bem complexa*” (o grifo é nosso).

O escolher caminhos nesta encruzilhada não é tarefa simples; nesta e em outras encruzilhadas com que se defronta o autor de dicionários, pois, como bem comenta Luís Fernando Lara, num precioso livrinho (e aqui o diminutivo não se refere ao valor da obra, que é grande) intitulado *Dimensiones de la Lexicografía* (México, 1990):

Así resulta que el lexicógrafo es a la vez observador de la lengua que estudia y mediador entre esta lengua y la sociedad a la que pertenece; el diccionario que produce resulta ser, en último y definitivo análisis, no un simple

catálogo convencional de palabras y significados, sino un vehículo de la reflexión social sobre la lengua que llega a ocupar lugar privilegiado en la formación de la memoria social. De ahí deriva su carácter necesariamente normativo y su legitimidad (p.202-203).

Naturalmente um trabalho lexicográfico envereda ou pode enveredar pelo domínio da gramática; o A. preferiu optar por essa invasão ostensiva de áreas, com certeza alicerçado na experiência desenvolvida no seu *Dicionário Histórico e Etimológico dos Verbos*, de iminente publicação. E' a linha que adotaram também os redatores desse monumental documento lexicográfico do francês que é o *Trésor de la Langue Française*. Dai o presente volume tratar de aspectos que ultrapassam a tarefa do lexicógrafo, e aí se aplaude o A. pelo desejo de melhor informar o seu consulente.

Nesta relação entre gramática e léxico escreveu para o XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românicas, realizado na Universidade de Santiago de Compostela, em 1989, Mário Vilela o sugestivo artigo *A gramática nos dicionários de língua: O verbo deixar*, saído no vol. II - *Lexicologia e Metalexicografia* das *Actas* (p. 111-131), publicadas por Ramón Lorenzo (A Coruña, 1992), que deve ser confrontado com o artigo de Michel Quereuil, *Le verbe mander dans la Mutation de Fortune de Christine de Pizan*, nas mesmas *Actas*, p. 625-630.

Penho ao distinto A. algumas notas de leitura. A primeira, de ordem geral, diz respeito à economia na transcrição de uns tantos exemplos, pois que, como estão, não permitem ao leitor apanhar o sentido do contexto.

Nas páginas 26 e 27 separa semanticamente o verbo *dar* 7.6 “Permutar, trocar uma coisa por outra, oferecer em troca”, 7.d. “Oferecer uma soma ou quantia por, pagar” e 8. II. 9 “Vender ou comprar algo por preço vil”, onde aparece o verbo *dar* construído com a preposição *por* (*dar por*), em exemplos onde nem sempre as distinções semânticas são claramente testemunhadas.

Na página 31, referindo-se ao exemplo extraído dos *Diálogos de S. Gregório*: “E pola boa façanha esta meninha nobre de si deu, começaram as outras menhas [...] tomar hábito de religion [...], comenta em observação:

Na abonação supra considerou-se como expletiva a expressão *de si*, que funciona na oração a modo de reforço.

Aqui está um dos casos em que a exemplificação por econômica não nos permite claramente entender a expressão objeto da nota. Creio, todavia, que *de si* não funciona, a rigor, “como expletiva (...) a modo de reforço”. Prefiro aproximá-la de um emprego absoluto do *si*, muito comum no português antigo. Ao velho e sempre prestimoso Moraes não passou despercebido esse emprego do *si* numa série de expressões, e no verbete ao pronome dedicado fala de *fazer as cousas de si mesmo*:

por seu motu próprio, sem mando, ou persuasão. Luc [ena]. 10.2. “o castigo (de disciplinar-se) que esta gente tomava de si mesmo”.

Assim, parece que “a façanha que esta menina nobre deu de si” significa que ela, como diz Moraes no citado verbete, cometeu a façanha sem consentimento de outrem, nem preceito, isto é, cometeu-a de motu próprio. Hoje diríamos *por si, por*

si mesma. Pelos empregos antigos de *prep.* + *si*, acredito que a expressão com o reforço de *mesmo* (ou *próprio* é inovação posterior. Falta, naturalmente, estudo mais apurado para uma lição definitiva.

Parece-nos que temos esse emprego de *prep.* + *si* em “Ouvindo o instrumento inusitado, / Que tamanho terror *em si* mostrava” (*Lus.*, II, 107- 3-4), isto é, instrumento que por si só dava mostras de ser terrível. O mesmo em: “Uniforme, perfeito, *em si* sustido” (*Lus.*, X, 79, 1), isto é, sustentado por si mesmo.

Na p. 32 há um exemplo da *Vita Christi* onde ocorre a expressão *de si*; mas pela curteza da citação, apropriada quanto ao que diz o A. do verbo dar, fica o leitor sem poder concluir em que sentido está empregado *de si*, e se tem o mesmo valor do exemplo que discutimos acima:

[...] nem ha queirõ *de si* como cousa fastidiosa e insípida vomitar a penúria dos novos vocábulos a esso dando causa muy grãde [...]

Por fim vale acrescentar que, conforme em outros trabalhos tenho demonstrado, mais uma vez a 10ª ed. de Moraes, em doze volumes, subtrai ao leitor a informação sobre *de si* que foi oferecida nas edições em dois volumes.

Também pelo estado atual de conhecimento de nossa sintaxe e de nosso léxico antigos, ficamos em dúvida em acompanhar a lição do A. no que diz respeito à expressão *dar de conselho*, que ocorre em *História do mui Nobre Vespasiano*, texto do século XV:

Senhor pilato em vos *dou de conselho* que nõ evies o tributo ao emperador [10.2],

mas que já na p. 33. 2 nos oferece:

[...] mal aja que vos outro cõselho der.

Em razão do primeiro exemplo, declara o A:

Na abonação [...] considerou-se a preposição *de* como partícula expletiva (p.36).

Há já bons anos (*Primeiros Ensaios sobre Língua Portuguesa*, 1953, p.149-161), estudamos as expressões antigas *dar de vara* e *dar de couces* em que a preposição *de* apresenta interessante campo de indagação histórica. Quanto a esse *dar de conselho*, muito comum em textos até os séculos XVI e XVII, a presença da preposição está a exigir estudo, para sabermos se *dar de conselho* diferia semanticamente de *dar conselho* e, em caso afirmativo, que valor teria o *de* nesse contexto.

Ao redigir os verbetes do verbo *estar*, defrontou-se o A. com o problema de gramática de considerar dois casos separados ou um só, quando o verbo se apresenta seguido de participípio: ou estamos diante de um verbo de ligação (*estar* + adjetivo) ou de uma forma de voz passiva (*estar* + participípio). Isto porque a rigor a diferença só esteja no plano semântico, e não no morfossintático; por que se dirá, conforme procedeu o A., que exemplos do tipo “*estando ençarrado*” (p.56), “*estavam lançados*” (ibid.), documentam *estar* como verbo de ligação, enquanto exemplos como “a Espanha *estava ocupada*” (p.64) são dados como de voz passiva?

Outro ponto de gramática em que toca o A. diz respeito à construção dos chamados verbos causativos seguidos de infinitivo e acompanhados de formas nominais ou pronominais, do tipo *fi-lo* (ou *fiz-lhe*) *pagar a dívida*, *fiz o vizinho* (ou *ao vizinho*) *pagar a dívida*.

Numa observação referida ao exemplo extraído da versão portuguesa das *Flores de las Leyes* de Jácome Ruiz, documento do século XIII, “fazã le (= façamlhe) pagar a dívida”, anota:

Segundo Mário Barreto, in *De Gramática e de Linguagem*, o emprego da forma pronominal objetiva indireta, em lugar de sua correspondente direta, pode explicar-se como sendo de uso arcaizante, por influência do latim. Esta forma indireta alternaria com a forma pronominal de uso corrente correspondente ao regime direto do verbo *fazer* (P.77).

Estas construções desde há muito atraíram a atenção de romanistas, germanistas e latinistas e até hoje se dividem as explicações, sem que se tenha chegado a uma unanimidade. Os argumentos de Tobler, Meyer-Lübke Richter, Henry F. Muller, E. Stimming, Dag Norberg e, mais recentemente, do saudoso Rocha Lima (“Um Cultismo Sintático Herdado do Latim Medieval in *Revista Brasileira de Língua Literária*, 1980, ano II, n° 5, p.30-35), representam boa contribuição para a resposta da origem deste fato sintático; mas há um ponto em que há certa unanimidade, pelo menos um ponto que foi com razão enfatizado pelo latinista sueco Dag Norberg (“Faire Faire Quelque Chose à Quelqu’un”, artigo publicado em 1945 e inserido no volume *Au Seuil du Moyen Age*, que reúne esparsos do autor): nas línguas românicas, a forma pronominal objetiva direta ocorre com muito mais freqüência quando o infinitivo está usado intransitivamente, enquanto aparece a forma objetiva indireta, também com muito mais freqüência, quando o infinitivo está usado transitivamente. E aduz:

Sans aucun doute, c’est pour éviter la rencontre de deux régimes à l’accusatif (p. 48 de *Au Seuil*).

Esta explicação para o português já havia Said Ali dado na *Gramática Histórica* (1921):

Causa primordial de se substituir, em certos casos, o dativo ao acusativo foi a necessidade da clareza. Expressando-se pela mesma forma pronominal tanto a pessoa como a cousa, teríamos, a permanecer rigorosa a construção dos dous acusativos, a duplicação confusa do pronome em *perguntou - o - o* por *perguntou - lho*, *ensinou - o - os* por *ensinou - lhos*, etc., e pouco lúcidas deveriam parecer aos antigos portugueses dicções como *fê-lo crê-lo*, pela circunstância de atrair o verbo regente muitas vezes o objeto do verbo regido. Sem dúvida que nos exemplos *lhes fazia perder a vista*, *lhe fizeram crer que ...*, *quando lhe ouviu dizer que (...)* há outro fenômeno a considerar além da mudança da forma pronominal. Nas orações assim constituídas, *lhe*, *lhes* não se referem a um vocábulo isolado, mas ao conjunto da expressão predicativa (p.196-197 da 2ª ed.).

Por todos estes aspectos, torna-se, a nosso ver, muito tênue a afirmação de Mário Barreto de que nestas construções se trata de um uso arcaizante, por influência do latim.

Esperamos vivamente que esta suculenta amostra com que nos brinda AG-Cunha prossiga na concretização do futuro *Vocabulário do Português Medieval* que tanta falta faz aos estudos adiantados da nossa gramática e de nosso léxico históricos.

E.B.

*

Euclides da Cunha, *Krieg im Sertão*, aus dem brasilianischen Portugiesisch von Berthold Zilly, Frankfurt a.M.: Suhrkamp 1994

Não é necessário dar relevo à grande influência exercida pela obra magistral de Euclides da Cunha sobre a tradição escrita da língua portuguesa do Brasil no século XX. Tampouco precisa se lembrado o fato de a forma estilística pela qual o autor optou ser objeto de controvérsias, seja pela dificuldade de compreensão e análise que o livro apresenta, seja pela relação entre forma e conteúdo, não raro considerada como imprópria. Talvez tenha sido isto que dificultou a sua tradução para outras línguas e a razão pela qual, apenas agora, apareceu uma versão alemã a despeito do grande interesse que o Brasil tem despertado nos países germanófonos.

A tarefa inicial do tradutor consistia em interpretar o caráter específico deste livro. Era mister não apenas familiarizar-se com os conceitos científicos e a ideologia reinante da época do tratado euclidiano, mas também fazer-se uma análise dos seus aspectos literários, lingüísticos e estilísticos. As idéias expostas pelo tradutor num brilhante epílogo que, aliás, transpõe os limites de seu trabalho, mostram, de maneira exemplar, como o tradutor desta imensa obra, antes de começar a tradução propriamente dita, foi obrigado a assumir uma posição intelectual frente à sua incumbência.

Enquadra-se o estudo monumental euclidiano naquelas obras determinantes de uma cultura nacional que, para o tradutor, constituem um perigoso dilema de opção entre a fidelidade ao original, a forma adequada e a compreensibilidade, pois era preciso encontrar uma linguagem que, embora nem sempre podendo adequar-se ao original, deixasse transparecer certo ideal defendido pelo autor brasileiro. No caso da versão alemã, este problema foi resolvido pelo tradutor por meio de um aparato crítico composto de um ensaio, de notas e de um glossário. A explicação de termos desconhecidos a um leitor estrangeiro, um apêndice de notas que informam quase exaustivamente sobre pessoas, coisas e fatos brasileiros contidos no texto euclidiano e o epílogo já mencionado transformam o tradutor num verdadeiro editor do livro traduzido. Recorrendo a muitos elementos da retórica clássica, salientados no epílogo, assim como a uma linguagem tradicional ainda vigente no início do